



## política cultural brasileira: de Freitas Valle a Rouanet

### 1. introdução

Desde o início de 2007, diversas iniciativas e discussões têm movimentado artistas, críticos e instituições públicas a respeito dos rumos da política cultural brasileira. Ponto capital da pauta são os eventuais efeitos da Proposta de Emenda Constitucional 150/2003, que sugere um aumento no volume de recursos destinados à Cultura. Juntamente com a PEC, destaca-se o chamado Plano Nacional de Cultura, lançado na Câmara em junho de 2008 pelo então secretário-executivo e atual ministro da Cultura Juca Ferreira, que propõe uma expansão da abrangência da Lei Rouanet, principal mecanismo de captação de recursos para atividades culturais no País.

Além de demonstrar a atualidade do tema, a discussão convida as diversas cadeiras da Academia a uma reflexão a respeito da questão cultural no Brasil. Trata-se, neste sentido, de um momento oportuno para uma análise econômica pragmática a respeito do papel do Estado quando do fomento de atividades de tal gênero, a promoção de políticas públicas no campo artístico, dentre outros temas ligados à Economia da Cultura.

É, portanto, com tal objetivo que iniciamos uma série de três artigos. No primeiro, realizamos uma breve revisão histórica, abordando alguns dos principais momentos e tópicos referentes às políticas culturais no Brasil do século 20, desde seus antecedentes, nos anos da República Velha até a configuração do atual esquema de captação, cujas linhas foram sedimentadas na gestão Francisco Weffort. Em segundo artigo, debruçamo-nos especificamente sobre os dados e os valores referentes à captação de recursos através da Lei Rouanet para o período 1999-2008, buscando

analisar eventuais tendências e padrões. Por fim, complementamos a discussão com um exemplo focalizado, analisando a situação no campo da indústria cinematográfica, um dos mais importantes subsectores culturais favorecidos pelas leis de captação.

### 2. elite e produção cultural na Belle Époque

É difícil falar da história da política cultural no Brasil sem se referir a nomes e fatos específicos. Grande parte disso deve-se à importância dos *mecenas* no meio cultural nacional. O *mecenas* é um ator que, embora lateral à estrutura intelectual, possuiu (e ainda possui) suma importância no campo artístico. Mediante a utilização de seu poder político e social (no contexto da República Velha, uma herança da estrutura patriarcal dos tempos do Império), controlava o campo intelectual e a 'arte oficial' com a distribuição de auxílio financeiro ou apoio institucional a um grupo de artistas privilegiados.

No final do século 19 e início do século 20, encontraremos os melhores exemplos de *mecenato* privado e desse caráter essencialmente "pessoalista" quando da distribuição de estímulos ao mundo cultural. Basta observar os exemplos que o crítico literário Brito Broca descreve em seu *Vida Literária no Brasil*, para se ter uma ideia da complicada rede de relações entre escritores e sumidades públicas na Capital Federal dos anos 1900. Também em São Paulo se observará a influência das poderosas famílias cafeicultoras, como os Prado ou os Penteado, detentores dos mais influentes "salões" culturais.

Curiosamente, é do próprio cerne desses "barões da cultura" que surgirão as primeiras iniciativas para uma formalização e institucionalização do estímulo

cultural. Em 1912, por exemplo, iniciaram-se as atividades do Pensionato Artístico de São Paulo, instituto que fornecia bolsas a artistas locais que quisessem aprimorar seus estudos na Europa. A criação do Pensionato deve-se, em grande parte, aos esforços do político, cafeicultor e possivelmente o mais influente mecenas de São Paulo, o Senador José Freitas Valle (CAMARGOS, 2001).

Uma análise histórica mais acurada, entretanto, nos mostra como mesmo após a criação desses primeiros organismos oficiais o pessoalismo seguiu dominando na política cultural. Exemplo disso é que tanto o escultor Vitor Brecheret quanto a artista plástica Anita Malfatti, dois símbolos do modernismo paulista e amigos pessoais de Freitas Valle, conseguiram obter as bolsas do Pensionato, ainda que ambos já tivessem ultrapassado a idade-limite para obtenção do benefício (*Ibidem*, p.161-167).

### 3. a Era Vargas e o Ministério Capanema

Como em vários outros ramos da vida social e econômica do País, a Era Vargas representa uma grande inflexão nos rumos da política cultural. Muito disso está ligado à figura de Gustavo Capanema Filho, que, em 1934, assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão que, à época, era responsável pela condução dos assuntos culturais. O Ministério de Capanema trouxe uma série de inovações ao panorama cultural brasileiro, sendo a construção do edifício-sede no Rio de Janeiro, obra assinada pelo arquiteto Le Corbusier, o símbolo da modernidade de sua gestão (Cf. SCHWARTMAN *et alli*, 2000).

Boa parte do sucesso das iniciativas do ministro deve-se à presença de artistas e intelectuais em seu gabinete: dentre as figuras que assessoraram ou mantiveram relações executivas com Capanema destacam-se Mario de Andrade, Cândido Portinari, Lúcio Costa e Afonso Arinos de Melo Franco, sem falar no poeta Carlos Drummond de Andrade, que deteve o título de chefe de gabinete (Cf. *Ibidem*; MICELI, 1979).

Outro artista que desempenhou papel de relevo ao longo da Era Vargas foi o maestro e compositor Heitor

Villa-Lobos, que assumiu, em 1932, a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). De fato, pode-se dizer que a música desempenhou papel fundamental no plano de formação de uma identidade política e cultural no Brasil nos anos Vargas, não apenas pelas iniciativas de Villa-Lobos, mas também pela criação da Rádio Nacional, importante veículo tanto de integração nacional quanto da propaganda varguista.

### 4. São Paulo dos anos 1950 e os anos militares

Se o pós-guerra representa uma diminuição do dinamismo Estatal dentro do mundo artístico, não se pode dizer que o período não tenha registrado acontecimentos culturais significativos. Será, desta vez, na opulenta metrópole paulistana, às vésperas de comemorar seu IV Centenário, que encontraremos a emergência de um novo padrão de fomento cultural.

Maria Eliezer Galvão nos sugere que tanto o vertiginoso crescimento paulistano do começo dos anos 1950 quanto a ascensão da elite industrial fizeram da cidade um palco de grande efervescência cultural (GALVÃO, 1981). São exemplos dessa “euforia cultural” o surgimento de diversos cinemas e teatros pela cidade – destacando-se a chamada Cinelândia Paulistana, um verdadeiro polo exibidor na região do Centro Novo e a criação do TBC (Teatro Brasileiro de Comédia). É também no período que surgem as grandes coleções de artes plásticas, como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), e que se organiza a primeira Bienal Internacional de Arte de São Paulo, sem falar na criação da grande empreitada cinematográfica brasileira, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em 1949.

O ponto em comum entre todas essas atividades foi a natureza privada de sua organização. Uma vez mais, figuras de importantes famílias paulistanas despontam na promoção de tais eventos. O industrial Francisco Matarazzo Sobrinho (Ciccillo Matarazzo) e sua esposa Yolanda Penteado são os símbolos da elite local dos anos 1950 e a eles vincula-se a criação da Vera Cruz, da Bienal e também do MAM (Museu de Arte

Moderna). É possível, nesse sentido, ver na São Paulo dos anos 1950 uma oposição aos anos varguistas, com um relativo recrudescimento do centralismo estatal na condução do fomento cultural e certa retomada das iniciativas ligadas aos grandes mecenas ou grupos da sociedade civil.

O vigor da São Paulo do IV Centenário, entretanto, não poderia estender-se eternamente e já em meados dos anos 1960 dá mostras de exaustão. Não vem ao caso esmiuçar os condicionantes locais que determinaram a perda do dinamismo cultural da cidade. Mais importante, parece-nos, são os eventos que abalaram a ordem social nacional: o golpe de 1964 alterará uma vez mais os rumos da política cultural brasileira.

Em linhas gerais, embora os anos do regime militar sejam marcados por idas e vindas da política cultural, pode-se dizer que, pelo menos até 1975, observa-se um novo viés centralizador, com a renacionalização do fomento às artes. Alguns exemplos dessa tendência são: a criação da Embrafilme, de 1969 (sobre a qual voltaremos a falar posteriormente), a organização do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1972, bem como o lançamento do Programa de Ação Cultural (PAC) em 1973 (Cf. ARRUDA, 2003).

### 5. *de Ney Braga a Sérgio Paulo Rouanet: o surgimento das leis de incentivo*

Em 1974, no início do governo Geisel, o paranense Ney Braga assumiu a pasta do Ministério da Educação. Seu ministério representou uma nova inflexão nos rumos da política cultural no Brasil. A bibliografia é unânime em reconhecer que o ponto central de sua gestão, no tocante à questão cultural, foi a criação da Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), em 1975, órgão cuja finalidade era “promover, estimular e desenvolver atividades culturais no Brasil”. A pesquisadora Maria Arminda Arruda, por exemplo, vê na criação da FUNARTE a abertura para um dos mais importantes momentos da História da Política Cultural brasileira: a fundação do Ministério da Cultura em 1985, no governo Sarney.

A fundação do ministério ficou, uma vez mais, a cargo de um intelectual de renome, desta vez o economista Celso Furtado (ARRUDA, 2003). As diretrizes culturais do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 acompanharam as demais transformações políticas e econômicas do País. Também na cultura, o Estado foi abandonando o papel “indutor” para tornar-se “regulador”. Em 1986 surgiu a Lei Sarney, primeira versão de uma lei de incentivos. Em 1991, reformada e ampliada, a Lei Sarney foi rebatizada de *Lei Rouanet*, referência ao então secretário de cultura, o filósofo Sérgio Paulo Rouanet. Em 1992, no governo Itamar Franco, a Cultura voltou a ter status de ministério<sup>1</sup>, sendo Antônio Houaiss seu ministro, entre 1992 e 1993. Foi também nesse ano que surgiu a Lei do Audiovisual.

Foi em meio a tal processo que, em 1995, o acadêmico paulista Francisco Weffort assumiu a pasta no governo Fernando Henrique Cardoso, lá permanecendo até o final do segundo mandato de FHC. A gestão Weffort, como pretendemos demonstrar no próximo artigo da série, foi marcada pela intensificação e ampliação dos mecanismos de estímulo, em grande concordância com as demais reformas liberalizantes empreendidas nos anos 1990. Até que ponto, entretanto, os anos Weffort e de seus sucessores, Gilberto Gil e Juca Ferreira, representaram, de fato, um momento de saída do Estado na condução e no fomento cultural, será o tema de nossos próximos artigos.

### 6. *conclusão*

O artigo acompanhou a evolução da política cultural brasileira desde seus antecedentes na República Velha até o início dos anos Fernando Henrique Cardoso e da gestão Francisco Weffort. A despeito de grandes transformações ao longo do século, a política cultural mostrou um certo padrão “cíclico”, intercalando períodos de aumento da presença do Estado (como no Ministério Capanema, durante os anos Vargas ou as diversas iniciativas levadas a cabo durante a Ditadura Militar) e períodos dominados pela iniciativa privada (como na São Paulo dos anos 1950).

Outra tendência que pôde ser observada ao longo das décadas foi a forte presença de artistas e de intelectuais em postos-chave, assessores, conselheiros ou mesmo como figuras centrais – secretários e ministros – das pastas ligadas à cultura. De Carlos Drummond de Andrade e Heitor Villa-Lobos nos anos 1930, passando por Celso Furtado, Antônio Houaiss, Sérgio Paulo Rouanet, Francisco Weffort até o recente Ministério Gilberto Gil, a presença de artistas e intelectuais vem se mostrando uma constante no decorrer da História da Política Cultural brasileira.

### *referências*

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo social*. v.15, n. 2. São Paulo, Nov. 2003.

CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

GALVÃO, Maria Rita Eliezer. *Burguesia e cinema, o caso da Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, EMBRAFILME, 1981.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon *et alli*. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ EDUSP, 1984.

---

1 O presidente Fernando Collor de Mello havia rebaixado a pasta à categoria de Secretaria.

(\*) Graduando em Economia pela FEA-USP.  
(E-mail: juliolucchesi@gmail.com).